

ANÁLISE DAS ABORDAGENS CONVENCIONAIS DE EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA DIGITAL: RECURSOS DE BASES DEONTOLÓGICA E UTILITARISTA

Dênis Júlio Pereira Francisco ¹
Adja Ferreira de Andrade ²

INTRODUÇÃO

Um segmento populacional está na vanguarda da adoção e integração das tecnologias digitais em seu cotidiano: os jovens e adolescentes. Eles são frequentemente os pioneiros no uso intensivo de dispositivos e plataformas digitais, incluindo smartphones, tablets, redes sociais e diversos aplicativos, superando muitas vezes o nível de familiaridade que os adultos e gerações anteriores têm com essas tecnologias. Essa adoção precoce permite que os jovens acessem múltiplos benefícios das novas tecnologias digitais, potencializando o aprendizado, expandindo conexões com diversas comunidades e fomentando oportunidades de carreira, emprego, inovação e participação na esfera pública.

No entanto, esse grupo também se depara precocemente com desafios e perigos inerentes ao ambiente digital, como cyberbullying, proliferação de desinformação, violações de privacidade, plágio e exposição indevida na internet, entre outros problemas (LIVINGSTONE, 2013). Essa dualidade de impactos positivos e negativos do universo digital levanta importantes questões éticas acerca do uso responsável das tecnologias digitais. Os usuários são incentivados a se engajar em decisões morais no ambiente online, desde o respeito às leis de direitos autorais até a navegação pelo terreno muitas vezes hostil das plataformas de mídia social (POLIZZI; HARRISON, 2022), tanto em termos de suas próprias ações quanto em reação às ações de terceiros.

A literatura sobre educação digital e ética destaca a emergência de uma educação voltada para o bem viver no ciberespaço, devido aos problemas decorrentes da própria natureza desse ambiente: as características técnicas e as escolhas que os usuários podem fazer a partir delas, amplificando significativamente os riscos associados à internet. Esses desafios suscitam a necessidade de um ensino que vá além da competência

¹ Mestrando do Programa de Pós-graduação em Inovação em Tecnologias Educacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, denisjulio.eng@gmail.com;

² Professor orientador: Doutora em Informática na Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, adja@imd.ufrn.br.

técnica, abrangendo a formação ética e moral para o uso responsável. A “névoa moral” descrita por Cocking e Van den Hoven (2018) evidencia a complexidade do terreno ético no ambiente digital, onde os usuários, especialmente os jovens, lutam para discernir e aplicar princípios morais apropriados. Além disso, a implementação fragmentada da cidadania digital nas escolas sugere uma lacuna entre a teoria e a prática na educação ética online (VALLOR, 2016).

Neste contexto, a formação de cidadãos digitais conscientes e responsáveis torna-se um imperativo educacional. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Brasil reconhece a urgência de integrar o letramento digital ao currículo escolar, não apenas para capacitar os alunos no uso técnico dessas tecnologias, mas também para instigar uma reflexão profunda sobre sua utilização ética e responsável (BRASIL, 2018). No centro dessa discussão está a necessidade premente de equipar as novas gerações com ferramentas para navegar em um ambiente digital cada vez mais complexo, repleto de dilemas morais e éticos. Diante disto, têm-se dois enfoques tradicionais para a educação em cidadania digital amplamente difundidos: as abordagens de base deontológica e utilitarista, as quais, respectivamente e de forma introdutória, se caracterizam pela observação de regras e pelas possíveis consequências das ações. Ambos os enfoques são amplamente usados em programas educativos, mas há uma ausência de estudos em português na área de educação para cidadania digital, evidenciando a oportunidade de desenvolver um trabalho acadêmico no tema.

Dessarte, pautado no referencial teórico e bibliográfico, este trabalho objetiva analisar os modelos convencionais de educação para a cidadania digital e verificar se há uma insuficiência na promoção de competências éticas para o ciberespaço e a cidadania digital. O estudo organiza-se em quatro seções: a introdução do tema ocupa a primeira seção; a segunda parte apresenta a metodologia usada para a construção da pesquisa; a terceira seção discute a cidadania digital, apresentando as limitações das abordagens convencionais da ética para a educação em cidadania digital; por fim, as conclusões são elencadas na última seção.

METODOLOGIA

A metodologia deste estudo adotou uma abordagem qualitativa, baseada em uma revisão bibliográfica narrativa, que fez uma análise crítica da literatura para formular questões e hipóteses de pesquisa (CRONIN; RYAN; COUGHLAN, 2008). Foram analisadas teses e artigos sobre educação para cidadania digital, além de discussões

sobre ética e dilemas morais no ambiente cibernético. A pesquisa abordou a questão: os modelos convencionais de educação para a cidadania digital são suficientes para capacitar adolescentes a lidar com dilemas morais no meio digital? A busca utilizou os descritores “cidadania digital”, “abordagem deontológica” e “abordagem utilitarista”, realizada em português e inglês, focando em termos diretamente ligados à cidadania digital, excluindo conceitos mais amplos, como “inclusão” e “alfabetização digital”, para garantir precisão no enfoque específico sobre as abordagens tradicionais. A coleta foi feita em bases como BDTD e Google Scholar, com destaque para revisões de T. Harrison, da *University of Birmingham*. A validação dos dados ocorreu pela triangulação de fontes, e o estudo utilizou métodos de pesquisa pura e dedutiva, buscando aumentar a base de conhecimento sobre a educação para a cidadania digital e confrontando as abordagens deontológica e utilitarista para chegar às conclusões.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) enfatiza a importância de promover tanto a alfabetização quanto o letramento digital. Nesse contexto, ela abrange o desenvolvimento de competências e habilidades direcionadas ao uso crítico e responsável das tecnologias digitais. Isto é evidenciado pela competência geral 5, que destaca a necessidade de

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de maneira crítica, significativa, reflexiva e ética em diversas práticas sociais (incluindo as escolares), com o objetivo de se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (BRASIL, 2018, p. 9).

Dessa forma, a BNCC não apenas visa o desenvolvimento de competências relacionadas à exploração e utilização das tecnologias nas escolas, mas também incentiva a reflexão crítica sobre o uso dessas tecnologias, incorporando elementos de educação moral através da cidadania digital. A educação para a cidadania digital se torna, assim, uma questão contemporânea e crucial, especialmente no contexto atual marcado por uma constante conexão, globalização e presença ubíqua das tecnologias digitais de informação e comunicação (CORREIA, 2021).

Segundo Ribble (2007), a educação para a cidadania digital abrange um vasto espectro educativo voltado a orientar os estudantes no uso prudente e ético das tecnologias digitais. Esta abordagem vai além da simples alfabetização digital. Contudo, apesar da importância da cidadania digital na era moderna, "é de alguma forma

surpreendente que ocupe um lugar marginal no currículo escolar" (HARRISON et al., 2022, p. 6). Isso sugere que o problema não está na ausência de diretrizes governamentais para a implementação da educação em cidadania digital, mas sim na autonomia das instituições de ensino, que muitas vezes oferecem essa educação de forma desigual e com pouca profundidade reflexiva.

Muitas escolas implementam métodos como palestras, programas educacionais e orientação aos pais para promover a cidadania digital, utilizando principalmente duas abordagens: uma baseada em princípios deontológicos, e outra de natureza utilitarista, que busca conscientizar os estudantes sobre os impactos e consequências de suas atividades online (VALLOR, 2016). Embora essas abordagens sejam importantes e parte essencial de uma educação abrangente em cidadania digital, Vallor (2016) observa que ainda há incerteza quanto à sua eficácia na preparação de crianças e adolescentes para o uso responsável das tecnologias digitais, em parte devido à complexidade moral envolvida.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Focar na segurança digital, formular e implementar diretrizes sobre comportamentos online aceitáveis, criar cartazes educativos que promovam comportamentos positivos na internet e aplicar políticas que proíbem o uso de celulares durante o horário escolar (HARRISON; DENNIS, 2020) são exemplos de abordagens de base deontológica, a qual remete a uma corrente ética focada em “deveres” (do grego δέον), partindo do princípio de que as obrigações e normas definem os deveres dos indivíduos (OLIVEIRA, 2011). No entanto, apesar de uma certa eficácia, a aplicação dessas estratégias enfrenta desafios significativos. Como destacado por Harrison (2016), “os rápidos avanços na tecnologia da Internet criaram dilemas éticos que a lei ainda não abordou completamente e para os quais parece haver falta de consenso social” (p. 4). Além disso, a proibição de celulares nas escolas tem sido questionada, sugerindo-se a necessidade de intervenções mais eficazes, como ajudar crianças e adolescentes a reconhecer mensagens de assédio ou violência através da análise da linguagem utilizada (YBARRA; DIENER-WEST; LEAF, 2007), considerando que eles têm acesso irrestrito a essas tecnologias fora do ambiente escolar.

Estratégias utilitaristas incluem educar os estudantes sobre as consequências do *cyberbullying* para as vítimas e agressores, implementar abordagens de justiça restaurativa, encaminhar os envolvidos para aconselhamento escolar e facilitar

encontros entre a vítima e o agressor para promover um confronto construtivo. Além disso, é comum o uso de recursos impactantes, como filmes ou relatos verídicos de vítimas, para causar um choque imediato nos estudantes. No entanto, Harrison (2016) questiona a eficácia a longo prazo desses recursos, afirmando que “a questão é se estes filmes têm efeitos a longo prazo e se têm realmente algum efeito no comportamento das crianças e dos jovens” (p. 5). Em sua tese de doutorado, Harrison realizou uma pesquisa detalhada com 1.314 adolescentes de 11 a 14 anos, utilizando questionários e entrevistas focadas no *cyberbullying*, e concluiu que muitos entrevistados não consideraram eficazes os filmes sobre vítimas de *cyberbullying* que cometeram suicídio, pois não ressoam pessoalmente e não estão relacionados aos seus contextos pessoais (HARRISON, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo demonstrou que as abordagens convencionais de educação para a cidadania digital, baseadas em princípios deontológicos e utilitaristas, são insuficientes para enfrentar os desafios éticos do ambiente cibernético. Embora essas abordagens desempenhem um papel importante ao estabelecer normas e consequências para o comportamento online, elas não são suficientemente abrangentes para lidar com a complexidade moral que os jovens enfrentam no mundo digital. A rápida evolução tecnológica e a natureza única das interações digitais exigem o desenvolvimento de novas abordagens pedagógicas que sejam capazes de integrar a formação ética e moral de forma mais profunda e reflexiva no currículo escolar. Essas novas abordagens devem ir além da simples alfabetização digital e buscar a construção de uma “sabedoria cibernética” que prepare os jovens para navegar de forma crítica e responsável em um ambiente digital cada vez mais complexo.

Palavras-chave: Cidadania digital; Educação; Ética; Ciberespaço; Ambiente digital.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.
- COCKING, D.; VAN DEN HOVEN, J. **Evil online**. Oxford: Wiley Blackwell, 2018.
- LIVINGSTONE, S. **Children and the Internet**. Cambridge: Polity Press, 2013.
- CORREIA, C. M. F. **Educação para a cidadania digital: Conceitos, dimensões e reflexões**. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.

CRONIN, P.; RYAN, F.; COUGHLAN, M. Undertaking a literature review: A step-by-step approach. **British Journal of Nursing**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 38-43, 2008. Disponível em: <<https://www.magonlinelibrary.com/doi/abs/10.12968/bjon.2008.17.1.28059>> Acesso em: 04 de abril. 2024.

HARRISON, T. et al. **Educating Cyber-wisdom: A Feasibility Study**. Birmingham: University of Birmingham, Jubilee Centre for Character and Virtues, 2022. Disponível em: <<https://www.jubileecentre.ac.uk/media/news/article/6930/New-Report-Educating-Cyber-Wisdom-A-Feasibility-Study>>. Acesso em: 20 de setembro. 2023.

_____. Cultivating cyber-phronesis: a new educational approach to tackle cyberbullying. **Pastoral Care in Education**, v. 34, n. 4, p. 232-244, 2016. Disponível em <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/02643944.2016.1202307>>. Acesso em 4 abril. 2024.

_____. **The influence of the internet on the character virtues of 11–14 year olds**. Birmingham, AL: University of Birmingham, 2014.

HARRISON, T.; DENNIS, M. Unique ethical challenges for the 21st century: online technology and virtue education. **Journal of Moral Education**, p.1-16, 2020. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03057240.2020.1781071>>. Acesso em: 18 de setembro. 2023

OLIVEIRA, C. M. **A Moral Kantiana entre Deontologia e Teleologia**. 2011. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

POLIZZI, G.; HARRISON, T. **Wisdom in the digital age: a conceptual and practical framework for understanding and cultivating cyber-wisdom**. *Ethics Inf Technol*, v. 24, n. 16, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s10676-022-09640-3>>. Acesso em: 13 de setembro. 2023.

RIBBLE, M. **Digital Citizenship in Schools: Nine Elements all Students Should Know**. 3ª ed. Eugene: International Society for Technology in Education, 2007.

VALLOR, S. **Technology and the virtues: a philosophical guide to a future worth wanting**. New York: Oxford University Press, 2016.

YBARRA, M., DIENER-WEST, M., & LEAF, P. Examining the overlap in internet harassment and school bullying: implications for school intervention. **Journal of Adolescent Health**, v. 41, n. 6, p. S42–S50, 2007. Disponível em: <[https://www.jahonline.org/article/S1054-139X\(07\)00369-2/fulltext](https://www.jahonline.org/article/S1054-139X(07)00369-2/fulltext)>. Acesso em: 04 abril. 2024.